



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Passo Estratégico de Direitos Humanos p/ PC-SP (Agente de Telecomunicações) - 2019

Professor: Vinicius Rodrigues de Oliveira

Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos

1 – Introdução.....	2
2 – Análise Estatística.....	3
3 – Análise das Questões.....	4
3.1 – Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos	4
4 – Destaques	9
5 – Questionário de Revisão.....	13
6 – Lista das Questões Analisadas	16
6.1 – Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos	16
6.2 – Gabarito	19
7 – Conclusão	20



1 – INTRODUÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Meu nome é **Vinicius de Oliveira**, sou **Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil** desde 2010, e **Analista do Passo Estratégico de Direitos Humanos**.

Creio que muitos de vocês já conheçam o “Passo”, no entanto vamos aproveitar esse **relatório inicial** para darmos uma breve visão do que é e de como o “Passo” pode te ajudar no caminho até a conquista do cargo público.

O Passo Estratégico é uma ferramenta de orientação e estratégia de estudo, que traz a estatística de cobrança em provas anteriores de todas as disciplinas exigidas no edital do concurso, através da qual o aluno consegue enxergar com clareza quais assuntos do edital costumam ser mais cobrados e com qual profundidade é feita essa cobrança.

Acreditem, em algumas provas o estudo de 3 ou 4 pontos (não falo de itens do edital e sim de pontos – subitens) pode garantir de 70 a 80% de rendimento na disciplina. **É esse tipo de percepção que buscamos proporcionar.**

Além disso, o Passo Estratégico também trará **simulados periódicos com questões inéditas** e será uma grande ferramenta para que o aluno possa **orientar as suas futuras revisões da disciplina**. Em suma, o “Passo” servirá como um **roteiro para a preparação dos alunos iniciantes** e como um **bom plano de revisão para os mais experientes!**

Por fim, é importante ter em mente que **o material do Passo Estratégico não substitui o estudo do conteúdo regular da disciplina**. Portanto, esse material deverá ser utilizado de forma complementar ao estudo regular, preponderantemente para **revisões**, para **aprimoramento final** e para identificar **o que não poderá “de jeito nenhum” ser esquecido ou deixado para trás**, tudo bem?

Vamos ao relatório?



2 – ANÁLISE ESTATÍSTICA

Antes de iniciarmos a análise estatística propriamente dita, achamos interessante neste **primeiro relatório** fazer alguns esclarecimentos acerca dos critérios adotados para o levantamento e manipulação dos dados estatísticos.

Como primeiro ponto, é importante delimitar a amostra utilizada para realizar a presente análise. Foram selecionadas basicamente as **provas para a área policial e de segurança realizadas nos últimos 8 anos pela banca Vunesp**.

No que diz respeito aos dados em si, a disciplina foi dividida em **3 tópicos** (o que resulta em uma distribuição projetada de **33,33% para cada tópico**), aglomerados conforme a incidência e correlação a fim de serem elaborados **os relatórios abordando todo o conteúdo programático**.

Vejamos como a VUNESP cobrou os tópicos de nossa disciplina nos últimos 8 anos:

	Assunto	Questões	Incidência
1	Declaração Universal dos Direitos Humanos	28	43,75%
2	Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos	19	29,69%
3	Direitos Humanos na Constituição Federal	17	26,56%
	Total	64	100,00%
	Média	21,33	33,33%

Com base em nosso levantamento estatístico, podemos concluir que o tópico **Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos é de importância ALTA!**

Dentro do assunto **Teoria Geral e Evolução Histórica dos Direitos Humanos**, a distribuição dos subtópicos ficou assim:

	Assunto	Questões	Incidência
1	Evolução Histórica	9	47,37%
2	Dimensões	7	36,84%
3	Conceito	2	10,53%
4	Princípios	1	5,26%
	Total	19	100,00%
	Média	4,75	25,00%



3 – ANÁLISE DAS QUESTÕES

Nesta seção faremos a análise de algumas questões de provas anteriores e buscaremos as características que nos ajudem a entender a forma como a banca cobra esse tópico.

3.1 – TEORIA GERAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

1. (VUNESP / PC-SP – Atendente de Necrotério Policial - 2014)

Assinale a alternativa correta com relação ao conceito de direitos humanos.

- a) Direitos humanos são aqueles que estão previstos de forma expressa em uma Constituição e que se referem somente a direitos das pessoas que respondem a um inquérito ou a um processo penal.
- b) Considerando o que prevê a Constituição de 1988, os direitos humanos se dão por meio da propriedade, que se impõe como um valor incondicional e insubstituível, que não admite equivalente.
- c) No âmbito da filosofia, a expressão direitos humanos significa a independência do ser humano, tratando exclusivamente do direito de liberdade.
- d) Direitos humanos é uma forma sintética de se referir a direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana, que precisa ser respeitada pela dignidade que lhe é inerente.
- e) Como os direitos humanos são inerentes à natureza humana, somente derivam do espírito humano e não devem ser positivados nas leis.

Comentários

O gabarito é a **letra d)**.

O item traz um conceito singular para direitos humanos, como aqueles direitos fundamentais e essenciais ao ser humano, ligados à sua liberdade, sua integridade física e psicológica bem como à sua manutenção, o que envolve aspectos de sobrevivência, desenvolvimento físico e psíquico e integração à comunidade. Nesse sentido, apesar de não trazer um conceito completo, dentre as alternativas é a mais coerente com a moderna visão dos direitos humanos.

As demais alternativas estão erradas pois restringem os direitos humanos a uma determinada categoria de direitos: devido processo legal (letra a), direito de propriedade (letra b), liberdade (letra c) e direitos não positivados (letra e).

Gabarito: D



2. (VUNESP / PC-SP – Escrivão de Polícia - 2014)

Documento histórico relevante na evolução dos direitos humanos, elaborado no século XIII, que regulava várias matérias, de sentido puramente local ou conjuntural, ao lado de outras que constituem as primeiras fundações da civilização moderna, que considera que o rei se encontra vinculado pelas próprias leis que edita e que traz a essência do princípio do devido processo legal em seu texto.

Tal descrição se refere à

- a) Lei de *Habeas Corpus* (ou *Habeas Corpus Act*).
- b) Declaração de Direitos da Inglaterra (ou *Bill of Rights*).
- c) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.
- d) Magna Carta (ou *Magna Charta Libertatum*).
- e) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Comentários

Vamos analisar as alternativas de acordo com a cronologia dos respectivos marcos históricos:

d) Magna Carta (ou *Magna Charta Libertatum*).

CORRETA. A Carta Magna, de 1215, de João-sem-Terra, estabeleceu limites ao poder real, assegurando que toda e qualquer limitação de direitos, bem como a imposição de impostos, deveria ser feita observando os procedimentos legais.

b) Declaração de Direitos da Inglaterra (ou *Bill of Rights*).

ERRADA. A Declaração Inglesa de Direitos (*Bill of Rights*), de 1689, assegurou o poder do Parlamento na Inglaterra e intensificou o sentimento de liberdade e de resistência ao poder absolutista, representando o estatuto das liberdades pessoais, dentre as quais a liberdade, a vida e a propriedade privada.

a) Lei de *Habeas Corpus* (ou *Habeas Corpus Act*).

ERRADA. O *Habeas Corpus*, em sua gênese, aproximava-se do próprio conceito do devido processo legal (*due process of law*). O *Habeas Corpus Act*, de 1679, continha a seguinte previsão: “Ninguém poderá ser detido, preso ou despojado de seus bens, costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, de acordo com a lei do país”.

c) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.

ERRADA. A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América foi ratificada em 4 de julho de 1776.

e) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.



ERRADA. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, resulta da Revolução Francesa e definiu os direitos individuais e coletivos dos homens como universais, marcados pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Gabarito: D

3. (VUNESP / PC-SP – Investigador de Polícia - 2014)

O ano de 1948 representou um marco histórico mundial no tocante aos direitos humanos, pois foi nesse ano que

- a) foi criada a Corte Internacional dos Direitos Humanos.
- b) aconteceu a Independência dos Estados Unidos da América.
- c) eclodiu a Revolução Francesa, trazendo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.
- d) foi outorgada a Carta Magna na Inglaterra.
- e) foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Comentários

A proteção dos direitos humanos ou direitos fundamentais tornou-se objeto do direito internacional especialmente a partir da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, adotada pela **Organização das Nações Unidas - ONU em 1948**.

Gabarito: E

4. (VUNESP / PC-SP – Investigador de Polícia - 2018)

Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina.

- a) Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
- b) Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
- c) Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
- d) Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
- e) Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

Comentários



As expressões **dimensões ou gerações** são utilizadas para fazer referência a grupos de direitos surgidos em determinados momentos históricos, agregando-se ao conjunto de direitos já efetivados na etapa anterior.

Os direitos de **primeira geração**, estão relacionados à **proteção da vida e da liberdade**. Caracterizam-se por limitar a atuação arbitrária do Estado com relação ao cidadão e por isso são considerados **direitos de liberdade negativa**. São representados pelos **direitos civis e políticos**.

Os **direitos sociais, culturais e econômicos** fundamentam-se na ideia de que o Estado deve ser responsável pelo bem-estar social. Caracterizam os direitos de **segunda geração**, efetivados por **prestações estatais positivas**, tais como saúde, educação, transporte, etc.

Já os direitos humanos de **terceira geração**, surgidos com o fim da 2ª Guerra Mundial, são conhecidos como **direitos de fraternidade e de solidariedade** e estão relacionados aos **direitos difusos**, tais quais o direito à paz, a proteção de grupos sociais vulneráveis e também a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Gabarito: D

5. (VUNESP / PC-SP – Delegado de Polícia - 2018)

Assinale a alternativa correta a respeito das características dos direitos humanos.

- a) O Princípio da divisibilidade propõe que os direitos humanos devem obedecer a uma classificação retórica, que divide e categoriza os vários grupos de direitos inerentes ao homem e à sociedade, para que sejam melhor usufruídos pelos seus destinatários.
- b) O Princípio da inter-relacionariedade dispõe que os direitos humanos e os sistemas de proteção se inter-relacionam, permitindo às pessoas escolher entre os mecanismos de proteção global ou regional, pois não há hierarquia entre eles.
- c) O Princípio da inalterabilidade estabelece que os direitos humanos não sofrem alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno, não se ganham nem se perdem com o tempo, são anteriores, concomitantes e posteriores aos indivíduos.
- d) O Princípio da ilimitabilidade garante que o Estado e a sociedade não podem limitar a fruição dos direitos humanos já conquistados, com o objetivo de disciplinar situações excepcionais que venham a reduzir o alcance desses direitos.
- e) O Princípio da essencialidade reza que os direitos humanos devem ser vistos como aquela categoria de direitos inerentes à sociedade em determinada época histórica, podendo ser divididos em essenciais, que devem gozar de livre fruição, e os não

essenciais, que ainda demandam reivindicações a serem conquistadas ao longo do tempo.

Comentários

Vamos analisar cada uma das alternativas.

a) ERRADA. A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotou a indivisibilidade, que reconhece que todos os direitos humanos merecem a mesma proteção jurídica, pois são todos essenciais para uma vida digna.

b) CORRETA. O princípio da interrelacionariedade interdependência ou Complementariedade) pressupõe a mútua dependência entre os direitos humanos, que, portanto, não devem ser interpretados de forma isolada, mas sim em conjunto.

c) ERRADA. Os Direitos Humanos decorrem de processo histórico, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade. Assim, os direitos humanos vão se desenvolvendo ao longo do tempo, incorporando novas vertentes e gerações. Trata-se do princípio da historicidade.

d) ERRADA. O princípio correto é o da limitabilidade, segundo o qual a essencialidade e a superioridade normativa dos direitos humanos não impedem o estabelecimento de limites impostos a um direito em nome da preservação de outro.

e) ERRADA. Segundo o princípio da essencialidade, os direitos humanos são inerentes à pessoa humana e se fundam em valores supremos do homem e na sua dignidade (aspecto material), exigindo a positivação normativa na ordem constitucional (aspecto formal).

Gabarito: B



4 – DESTAQUES



RESUMINDO

O conceito de **Direitos Humanos** se funda na proteção aos **direitos fundamentais** das pessoas, assegurando-lhes meios e instrumentos jurídicos para a defesa da **dignidade**, independentemente de quaisquer condições sociais, culturais ou econômicas.

Direitos Humanos: direitos universalmente aceitos na ordem internacional.

Direitos Fundamentais: direitos positivados na ordem interna de determinado Estado, geralmente nos textos constitucionais.

Materialmente, os direitos humanos coincidem com os direitos fundamentais.

Os **Direitos Humanos** são valores **essenciais** que possuem **superioridade normativa** em relação às demais normas internacionais, sendo, como regra, imperativos (*jus cogens*).

FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS

Jusnaturalista: os direitos humanos são inerentes à condição humana, ou seja, são normas anteriores, superiores ao direito estatal.

Positivista: para que sejam considerados direitos humanos, os valores e os juízos devem ser condizentes com a dignidade e positivados no ordenamento jurídico.

Racional: os direitos humanos podem ser extraídos diretamente da razão inerente à condição humana.

Moral: os direitos humanos são direitos de conteúdo moral que independem de positivação, decorrendo diretamente de valores morais da coletividade humana.



Segundo o **Universalismo**, os direitos humanos destinam-se a todas as pessoas em todos os territórios.

Sem prejuízo de eventuais particularidades, deve-se encontrar um modo de proteger a condição humana, independentemente do sexo, da cor, da religião ou das condições econômicas e sociais.

Para o **Relativismo**, as concepções morais variam de acordo com as sociedades nas quais os indivíduos estão inseridos, de modo que não é possível dissociá-las.

As diferenças, portanto, não residem em cada pessoa individualmente, mas no contexto social em que se inserem.

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS

Universalidade: todos são titulares dos direitos humanos.

Historicidade: os direitos humanos são construídos ao longo da história.

▪ **Superioridade**: as normas relativas aos direitos humanos são superiores às demais normas da ordem jurídica.

Indisponibilidade (ou **Irrenunciabilidade**): não se pode abrir mão dos direitos humanos, sendo nula a renúncia a eles.

Inalienabilidade: os direitos humanos não podem ser cedidos a outrem, seja a título gratuito ou oneroso.

Imprescritibilidade: os direitos humanos não se perdem com o passar do tempo ou pela falta de uso.

Interdependência (ou **Complementariedade**): pressupõe a mútua dependência entre os direitos humanos protegidos. Os direitos humanos não devem ser interpretados de forma isolada, mas sim em conjunto.

Indivisibilidade: reconhece que todos os direitos humanos merecem a mesma proteção jurídica, pois são todos essenciais para uma vida digna.

Limitabilidade: a essencialidade e a superioridade normativa dos direitos humanos não impedem o estabelecimento de limites impostos a um direito em nome da preservação de outro.



Inexauribilidade: os direitos humanos estão sempre em expansão. Possuem eficácia irradiante, sendo dotados de carga expansiva, devendo sua interpretação buscar a máxima efetividade de seu alcance, de modo a favorecer o indivíduo.

Efetividade: não basta o mero reconhecimento abstrato dos direitos humanos. É preciso que sejam criados mecanismos para que tais direitos sejam garantidos na prática.

Exigibilidade imediata: os direitos humanos possuem aplicabilidade imediata e direta e, portanto, não precisam de outras normas para disciplinar como será aplicação desses direitos.

Vedação do retrocesso (efeito cliquet): direitos efetivados não podem ser suprimidos. O reconhecimento dos direitos humanos deve ser progressivo. Mesmo novos tratados internacionais não podem impor restrições que configurem retrocesso aos patamares já alcançados.

Dimensões (Gerações) dos Direitos Humanos		
Dimensão	Ideal	Direitos
Primeira	Liberdade	- Direitos <u>civis e políticos</u> - Exigem uma <u>abstenção</u> estatal - Direitos de caráter <u>negativo</u>
Segunda	Igualdade	- Direitos <u>sociais, econômicos e culturais</u> - Exigem uma <u>prestação</u> estatal - Atuação estatal positiva para corrigir distorções sociais
Terceira	Fraternidade (Solidariedade)	- Direitos <u>difusos e coletivos</u> - Destinados à <u>coletividade</u>

Os Direitos Humanos decorrem de processo histórico, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade.

Afirmação Histórica dos Direitos Humanos	
Período/Eventos	Direitos
• Código de Hamurábi (século XVIII a.C)	Normas rudimentares de proteção aos direitos das pessoas
• Reino de Davi (século XI e X a.C) • Democracia ateniense (século VIII a.C) • República Romana	Importância na consolidação dos direitos humanos devida às limitações do poder político
• Declaração das Cortes de Leão de 1188 • Magna Carta de 1215	Surgimento da liberdade como manifestação inicial dos direitos humanos, ainda que específica e exclusiva de determinados estamentos da sociedade
• Criação do <i>habeas corpus</i>, em 1679 • <i>Bill of Rights</i> de 1689	Surge o estatuto das liberdades pessoais, a partir questionamento do poder político
• Declaração de Independência dos EUA de 1776 • Declaração dos Direitos Homem e do Cidadão de 1789	Os Direitos Humanos se manifestam por meio do ressurgimento da democracia e da consequente consolidação dos direitos de cidadania e da melhoria das condições de vida da sociedade
• Convenção de Genebra de 1864	Direito humanitário
• Ato Geral da Conferência de Bruxelas de 1890	Luta contra a escravidão
• Criação da OIT em 1919	Regulação dos direitos dos trabalhadores
• Constituição Mexicana de 1917 • Constituição de Weimar de 1919	Afirmação dos direitos humanos de segunda dimensão
• Criação da ONU, em 1945 • Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948	Marca a efetiva internacionalização dos Direitos Humanos, com o reconhecimento da dignidade da pessoa como valor supremo

5 – QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Nesta seção, iremos apresentar os principais pontos do tópico organizados em forma de questionário com o objetivo de servir como **orientação de estudo**. A ideia é que cada pergunta sirva como uma etapa do roteiro de revisão para o aluno. Assim, tendo encontrado as respostas para as questões apresentadas, o aluno terá percorrido as **partes mais relevantes desse assunto**. Funciona, portanto, como um *checklist*, com respostas simples.



1. O princípio da dignidade humana pode ser considerado um superprincípio?
2. A superioridade dos direitos humanos é material ou formal?
3. Quais são os ideais e os direitos relacionados a cada dimensão dos direitos humanos?
4. Podemos falar que os direitos humanos são indivisíveis e universais, bastando ser pessoa para ser titular de direitos e dotado de dignidade.
5. Pode-se afirmar a teoria positivista prevalece quanto à fundamentação dos direitos humanos?
6. Os direitos humanos surgiram e foram efetivados todos de uma vez?
7. É correto afirmar que o Cristianismo seja o marco inicial do surgimento dos direitos humanos?
8. As barbáries impetradas na Segunda Guerra Mundial foram decisivas para a internacionalização dos Direitos Humanos?
9. É correto afirmar que Sistema Global de Proteção aos direitos humanos se relaciona à criação da ONU?

1. O princípio da dignidade humana pode ser considerado um superprincípio?



Sim. A dignidade humana rege os direitos humanos no âmbito tanto do direito internacional, quanto do direito interno, com a positivação dos direitos humanos em cada nação. Em última instância, a proteção dos direitos humanos é a proteção aos direitos mais essenciais das pessoas, especialmente a dignidade.

2. A superioridade dos direitos humanos é material ou formal?

Em se tratando do ordenamento internacional, existem normas de direitos humanos hierarquicamente superiores. Essa superioridade é, ao mesmo tempo, material (conteúdo) e formal (imperatividade).

3. Quais são os ideais e os direitos relacionados a cada dimensão dos direitos humanos?

Na evolução dos direitos humanos, observa-se o desenvolvimento de, pelo menos, três gerações de direitos humanos, todos interconectados.

A **primeira dimensão** dos direitos humanos se relaciona ao ideal de **liberdade** e abrange os direitos **civis e políticos**. Caracterizam-se por limitarem a atuação do Estado em defesa dos direitos das pessoas.

A **segunda dimensão** compreende os direitos relacionados à **igualdade**, abrangendo os direitos **sociais, econômicos e culturais**. São direitos predominantemente prestacionais, exigindo dos Estados uma atuação positiva.

A **terceira dimensão** dos direitos humanos decorre das noções de solidariedade e fraternidade e engloba os direitos difusos e coletivos. São direitos assegurados às pessoas em geral, ou seja, à coletividade. Como exemplos, temos os direitos ambiental e do consumidor.

4. Podemos falar que os direitos humanos são indivisíveis e universais, bastando ser pessoa para ser titular de direitos e dotado de dignidade.

Sim. A **universalidade** garante a todas as pessoas a titularidade dos direitos humanos, enquanto a **indivisibilidade** reconhece que todos os direitos humanos merecem a mesma proteção jurídica, não sendo relevante a divisão em direitos econômicos, sociais e políticos, por exemplo.

5. Pode-se afirmar a teoria positivista prevalece quanto à fundamentação dos direitos humanos?

Não há prevalência de qualquer fundamentação relativa aos direitos humanos, dentre outros motivos, pelo fato de não haver consenso quanto à abrangência dos direitos humanos, por estarem em constante evolução e por serem heterogêneos e consagrados a partir de juízos de valor, que não podem ser justificados e comprovados.



6. Os direitos humanos surgiram e foram efetivados todos de uma vez?

Não, os Direitos Humanos decorrem de processo histórico, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade. As chamadas gerações de Direitos Humanos são cumulativas e progressivas, não se exaurindo em uma lista.

7. É correto afirmar que o Cristianismo seja o marco inicial do surgimento dos direitos humanos?

Não. Ainda que o Cristianismo possa ser considerado como um importante marco no respeito à dignidade da pessoa humana, materialmente outros eventos, como o Código de Hamurábi (século XVIII a.C), já apresentavam normas rudimentares de proteção aos direitos das pessoas.

8. As barbáries impetradas na Segunda Guerra Mundial foram decisivas para a internacionalização dos Direitos Humanos?

Sim. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), marco da internacionalização dos Direitos Humanos, reflete o desejo de paz, justiça, desenvolvimento e cooperação internacional que tomou conta de quase todo o mundo após duas grandes guerras no espaço de apenas duas décadas.

9. É correto afirmar que Sistema Global de Proteção aos direitos humanos se relaciona à criação da ONU?

Sim. O Sistema Global de Proteção foi inaugurado pela Carta Internacional dos Direitos Humanos, integrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, pelo Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Civis e Políticos, e pelo Pacto Internacional de Proteção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966.

Assim, a partir da aprovação da Declaração Universal de 1948 e da concepção contemporânea de direitos humanos por ela introduzida, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais.

6 – LISTA DAS QUESTÕES ANALISADAS

6.1 – TEORIA GERAL E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

1. (VUNESP / PC-SP – Atendente de Necrotério Policial - 2014)

Assinale a alternativa correta com relação ao conceito de direitos humanos.

- a) Direitos humanos são aqueles que estão previstos de forma expressa em uma Constituição e que se referem somente a direitos das pessoas que respondem a um inquérito ou a um processo penal.
- b) Considerando o que prevê a Constituição de 1988, os direitos humanos se dão por meio da propriedade, que se impõe como um valor incondicional e insubstituível, que não admite equivalente.
- c) No âmbito da filosofia, a expressão direitos humanos significa a independência do ser humano, tratando exclusivamente do direito de liberdade.
- d) Direitos humanos é uma forma sintética de se referir a direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana, que precisa ser respeitada pela dignidade que lhe é inerente.
- e) Como os direitos humanos são inerentes à natureza humana, somente derivam do espírito humano e não devem ser positivados nas leis.

2. (VUNESP / PC-SP – Escrivão de Polícia - 2014)

Documento histórico relevante na evolução dos direitos humanos, elaborado no século XIII, que regulava várias matérias, de sentido puramente local ou conjuntural, ao lado de outras que constituem as primeiras fundações da civilização moderna, que considera que o rei se encontra vinculado pelas próprias leis que edita e que traz a essência do princípio do devido processo legal em seu texto.

Tal descrição se refere à

- a) Lei de *Habeas Corpus* (ou *Habeas Corpus Act*).
- b) Declaração de Direitos da Inglaterra (ou *Bill of Rights*).
- c) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.
- d) Magna Carta (ou *Magna Charta Libertatum*).
- e) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

3. (VUNESP / PC-SP – Investigador de Polícia - 2014)



O ano de 1948 representou um marco histórico mundial no tocante aos direitos humanos, pois foi nesse ano que

- a) foi criada a Corte Internacional dos Direitos Humanos.
- b) aconteceu a Independência dos Estados Unidos da América.
- c) eclodiu a Revolução Francesa, trazendo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.
- d) foi outorgada a Carta Magna na Inglaterra.
- e) foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4. (VUNESP / PC-SP – Investigador de Polícia - 2018)

Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina.

- a) Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
- b) Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
- c) Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
- d) Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
- e) Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

5. (VUNESP / PC-SP – Delegado de Polícia - 2018)

Assinale a alternativa correta a respeito das características dos direitos humanos.

- a) O Princípio da divisibilidade propõe que os direitos humanos devem obedecer a uma classificação retórica, que divide e categoriza os vários grupos de direitos inerentes ao homem e à sociedade, para que sejam melhor usufruídos pelos seus destinatários.
- b) O Princípio da inter-relacionariedade dispõe que os direitos humanos e os sistemas de proteção se inter-relacionam, permitindo às pessoas escolher entre os mecanismos de proteção global ou regional, pois não há hierarquia entre eles.
- c) O Princípio da inalterabilidade estabelece que os direitos humanos não sofrem alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno, não se ganham nem se perdem com o tempo, são anteriores, concomitantes e posteriores aos indivíduos.



d) O Princípio da ilimitabilidade garante que o Estado e a sociedade não podem limitar a fruição dos direitos humanos já conquistados, com o objetivo de disciplinar situações excepcionais que venham a reduzir o alcance desses direitos.

e) O Princípio da essencialidade reza que os direitos humanos devem ser vistos como aquela categoria de direitos inerentes à sociedade em determinada época histórica, podendo ser divididos em essenciais, que devem gozar de livre fruição, e os não essenciais, que ainda demandam reivindicações a serem conquistadas ao longo do tempo.



6.2 – GABARITO

1. D
2. D
3. E
4. D
5. B



7 – CONCLUSÃO

Prezados, encerramos aqui o nosso primeiro Passo Estratégico.

Bons estudos!

Um grande abraço,

Vinicius de Oliveira



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.